



PARLAMENTO  
NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Secretariado Geral

Direção de Comunicação

Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica

## Parlamento Nacional realiza a nova apreciação da Lei do Fundo Petrolífero e da Lei das Atividades Petrolíferas



O Parlamento Nacional, em Sessão Plenária ordinária, no dia 08 de outubro de 2019, realizou a nova apreciação do Decreto do Parlamento Nacional n.º 9/V – Segunda Alteração à Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto (Lei do Fundo Petrolífero) e do Decreto do Parlamento Nacional n.º 10/V – Segunda Alteração à Lei n.º 13/2005, de 2 de setembro (Lei das Atividades Petrolíferas).

A realização desta nova apreciação está relacionada com o veto por inconstitucionalidade do Presidente da República, depois de pedir uma fiscalização do Tribunal de Recurso no mês passado.

Depois de longa discussão entre os Deputados e o Governo, através do Ministro da Reforma Legislativa e Assuntos Parlamentares, Fidelis Manuel Leite Magalhães, da Vice-Ministra das Finanças, Sara Lobo Brites, do Presidente da ANPM, Gualdino do Carmo da Silva, e do Presidente da TIMOR GAP, Francisco Monteiro, e a sua equipa, aprovou-se o Decreto do Parlamento Nacional n.º 9/V – Segunda Alteração à Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto (Lei do Fundo Petrolífero), com 34 votos a favor, 24 contra e 3 abstenções.

O Decreto do Parlamento Nacional n.º 10/V – Segunda Alteração à Lei n.º 13/2005, de 2 de setembro (Lei das Atividades Petrolíferas), foi aprovado com 34 votos a favor, 24 contra e 1 abstenção.

Com esta aprovação, as comissões competentes vão preparar a redação final antes de enviar ao Gabinete do Presidente do Parlamento Nacional que, por sua vez, enviará ao Presidente da República.

Parlamento Nacional

Chefe da Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica

Dionísio de Jesus Lopes

Email: [Dionisio.lopes@parlamento.tl](mailto:Dionisio.lopes@parlamento.tl)

[Relacoespublicas.dirpec@gmail.com](mailto:Relacoespublicas.dirpec@gmail.com)

*Unofficial translation by La'o Hamutuk*

### **National Parliament holds new consideration of Petroleum Fund Law and Petroleum Activities Law**

The National Parliament, in its Ordinary Plenary Session, on 8 October 2019, held the new appraisal of the National Parliament Decree No 9/V - Second Amendment to Law No 9/2005, of 3 August (Petroleum Fund Law) and National Parliament Decree No. 10/V - Second Amendment to Law No. 13/2005, of September 2 (Petroleum Activities Law).

The realization of this new appraisal is related to the unconstitutionality veto by the President of the Republic, after he requested a review by the Court of Appeal last month.

After long discussion between the Deputies and the Government, through the Minister of Legislative Reform and Parliamentary Affairs, Fidelis Manuel Leite Magalhães, the Deputy Minister of Finance, Sara Lobo Brites, the President of the ANPM, Gualdino do Carmo da Silva, and the TIMOR GAP President Francisco Monteiro and his team, Parliament approved National Parliament Decree No 9/V - Second Amendment to Law No 9/2005 of 3 August (Petroleum Fund Law), with 34 votes in favor, 24 against and 3 abstentions.

National Parliament Decree No 10/V - Second Amendment to Law No 13/2005 of 2 September (Petroleum Activities Law) was approved with 34 votes in favor, 24 against and 1 abstention.

With this approval, the relevant committees will prepare the final wording before sending it to the Office of the President of the National Parliament, which in turn will send it to the President of the Republic.